

ENSINO SUPERIOR NO BRASIL E INTERESSE POPULAR. MENSURANDO A DISTRIBUIÇÃO DE INTERESSE POR CURSOS SUPERIORES NA INTERNET

*Thiago Perez Bernardes de Moraes**

*Geraldo Leopoldo da Silva Torrecillas***

RESUMO: O ensino superior no Brasil nas últimas décadas cresceu de forma consistente, graças sobretudo as instituições de ensino superior particulares. Ao que parece, a agenda adotada pelos últimos governos favoreceu a expansão do número de instituições de ensino superior, seja pela concessão de benefícios como o PROUNI, seja por diversos tipos de isenções fiscais. Nesse sentido, houve uma tênue democratização do ensino superior, já que até então o mesmo era voltado unicamente para as elites. Mensuramos através do *Google Trends* o interesse por dez termos ligados ao ensino superior. Nossos resultados apontam que há um padrão sazonal identificável de interesse por cursos superiores no Brasil. Apontam também que a maior faixa de interesse por cursos superiores neste país está justamente localizado nas sub-regiões onde a oferta de ensino superior é mais escassa.

PALAVRAS-CHAVE: política educacional, ensino superior, padrão de interesse.

* O autor é cientista político e pesquisador na área da psicologia social pela Universidad Argentina John F. Kennedy (thiagomoraessp@hotmail.com).

** O autor é administrador e mestre em gestão social do trabalho e pesquisador na área de psicologia social pela Universidad Argentina John F. Kennedy (geraldo.torrecillas@uol.com.br).

INTRODUÇÃO

No século XXI o ensino superior torna-se mais complexo frente às demandas cada vez mais dinâmicas do mercado de trabalho. No Brasil, durante séculos, a oferta de ensino superior manteve-se escassa e voltada sobretudo para as elites nacionais.

Nas últimas quatro décadas, entretanto, houve uma transformação radical na estrutura de ensino do Brasil. Primeiro, as instituições de ensino superior privadas passaram a exercer hegemonia; segundo, o número de instituições e de cursos se expandiu de forma gritante; terceiro, o governo recentemente aumentou o repasse de recursos para instituições públicas. Entretanto, o maior incentivo que o governo fornece é para as instituições privadas, através de programas como o PROUNI e da concessão de incentivos fiscais diversos.

Neste trabalho utilizamos o *Google Trends* para mensurar dez termos referentes ao ensino superior no Brasil. Os resultados indicam que há a consolidação do interesse pelo PROUNI como uma política estudantil popular. Mostra também que há um padrão sazonal de interesse por cursos superiores no Brasil, sendo que os maiores picos são em dezembro e janeiro. Entretanto, há outros picos regulares de interesse de menor intensidade concentrados nos meses de julho e agosto. Outro resultado interessante refere-se ao padrão de interesse por pós-graduação. A maior parte do interesse é por mestrados, o dobro do interesse por especialização. O interesse por doutorado nos últimos anos tem se convergido com o interesse por especialização. Somamos o padrão de interesse por sub-região em todos os termos e definimos cinco regiões onde o interesse é mais intenso. Paradoxalmente, a maior parte do interesse ocorre em estados onde a oferta de ensino superior é escassa.

1. ESTRUTURA ACADÊMICA BRASILEIRA

O ensino superior no Brasil teve início no século XVI, com a introdução de cursos de Filosofia e Teologia. A partir de 1808, com a vinda da corte portuguesa para o Brasil, criam-se cursos superiores como Medicina e Cirurgia, Matemática, Agronomia, Química, Desenho Técnico, Economia Política e Arquitetura. Nesta época surgem também as instituições privadas, vinculadas a igreja ou a elite local. Após a proclamação da República, o ensino superior no país se expandiu, sobretudo após a criação do Ministério da Educação e Saúde em 1930 durante o governo provisório

de Vargas (Fávero, 2007; Cunha, 2007; Queiroz, Queiroz, Vasconcelos, Furukava, Hékis & Pereira, 2013).

De 1931 a 1968¹ as reformas do ensino tiveram como alvo a ampliação do acesso de ensino superior para as elites (Siva & Real, 2010). Nas décadas de 1970 e 1980, houve uma enorme multiplicação de instituições de educação superior particulares, o que quebrou a influência até então predominante das instituições de ensino superior públicas. Nessa época começam também a surgir cursos ligados a carreiras modernas, como cursos noturnos de Direito, Pedagogia e Administração. O processo de crescimento quantitativo de instituições particulares que se deu nas décadas posteriores², até o presente, ocorreu *pari pasu* com um crescente processo de concentração e oligopolização do ensino. Em 2007 observa-se com maior intensidade o movimento de compra e venda de instituições de ensino superior, onde alguns poucos grupos econômicos passam a ser donos de uma série de instituições diferentes. É evidente que este contexto é marcado por políticas públicas que até o presente parecem beneficiar alianças, que envolvem atores-chave de diversos setores da sociedade como partidos políticos, movimento estudantis, sindicatos e sobretudo empresários, num jogo de cooptação econômica em prol da manutenção do *status quo*. Ao que parece, o Governo Lula atendeu às pressões da iniciativa privada, o que levou a consolidação do PROUNI (Martins, 2009; Valle, 2009; Marques, 2013). De forma geral, o movimento de privatização e ajuste fiscal iniciado nos anos 1990 levou a diminuição no investimento público em todas as esferas educacionais, inclusive no ensino superior.

Como acontecimento histórico político antecedente, a promulgação da Constituição de 1988 trouxe consigo mecanismos de garantias quanto à obrigatoriedade do Estado em arcar com o ônus do acesso dos indivíduos à educação superior de forma gratuita em estabelecimentos oficiais. A Carta Magna trouxe também prerrogativas pró-autonomia didático-científica, bem como administrativa e patrimonial para as instituições de ensino superior (Silva & Real, 2010). A hegemonia das instituições de ensino

1 Em 1968 é aprovada a Lei da “Reforma Universitária”. O sistema de cátedra até então vigente foi substituído pelo sistema “departamental”, baseado no modelo norte-americano. Isso em larga medida solapou a influência europeia predominante até então. A Lei, para professores de instituições públicas, instituiu o regime de dedicação exclusiva, o que de alguma forma trouxe condições mais favoráveis para a execução de pesquisa e a consolidação dos pilares da pós-graduação no Brasil.

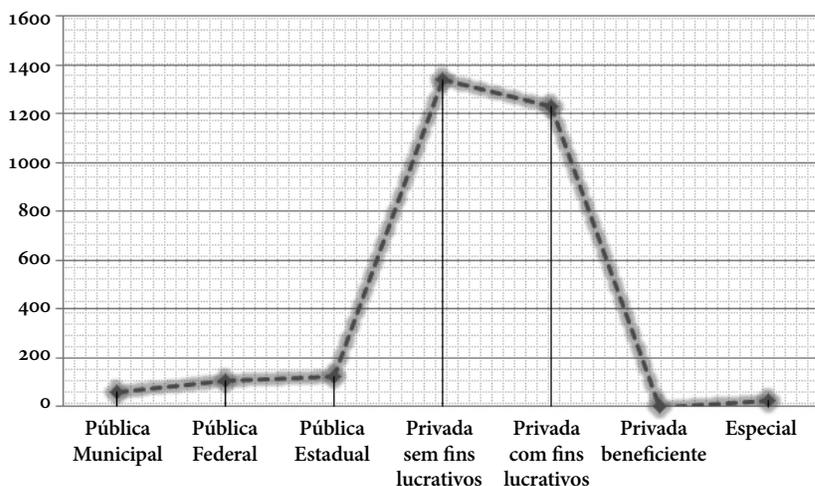
2 O modelo de ensino que se consolida a partir das reformas educacionais dos anos 1990 é lastreado sobretudo pela dinâmica da lógica comercial, e em alguma medida a concepção de educação dentro dessas instituições parece seguir a mesma lógica (Gentili, 1998).

superior começa a se consolidar na década de 1990 com a consolidação de um aparato jurídico-institucional de garantia da autonomia destas instituições de ensino, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Com esta lei, as instituições ganham livre autonomia para aumentar a oferta de cursos, criar novos programas, estruturar-se em campi ou novas unidades, elaborar orçamentos anuais e plurianuais. A maior parte do crescimento quantitativo de instituições de ensino superior do Brasil se deu por parte de atores desvinculados, ou seja, não universidades, mas sim faculdades, escolas e institutos superiores (Borges, 2012; Freitas, 2013).

A partir de 2002 são perceptíveis sutis mudanças quanto ao rumo da política de educação superior, o que culminou em algum aumento de investimento em criação de universidades públicas (como os Institutos Federais de Educação), ampliação das existentes, criação de novos cursos, contratação de novos professores e criação de novos campi. Mesmo assim, tais avanços no setor público são ínfimos perto do avanço da iniciativa privada. Por exemplo, entre 2001 e 2010 as matrículas nas instituições públicas aumentaram de 944 584 para 1 643 298 (42,5% de aumento), enquanto as matrículas nas instituições privadas aumentaram neste período de 2 091 529 para 4 736 001 (55,8% de aumento). Esses números sinalizam que as instituições de ensino superior privadas tiveram um significativo aumento de poder e influência nos rumos da educação superior no país. A hegemonia fica evidente com a análise da quantidade de matrículas em 2010: 74,2% dos alunos estavam matriculados em instituições particulares, enquanto somente 25,8% estavam no ensino superior público. A maioria dos professores atuam também no ensino privado: em 2010, dos 6 379 299 professores que atuaram no ensino superior, a maioria 74,2% (4 736 001) estava em instituições privadas enquanto apenas 25% (1 643 298) em instituições públicas (Queiroz *et al.*, 2013).

Nesse diapasão o PROUNI parece ser um epifenômeno da inércia institucional e *path dependence* com as trajetórias políticas anteriores voltadas ao ensino superior. É importante ressaltar que a política pública levada a cabo pelo MEC foi simbioticamente influenciadora e influenciada por uma série de atores governamentais e sociais, e também por outros atores como instituições multilaterais como a UNESCO e o Banco Mundial (Marques & Cepêda, 2012; Costa & Lamarca, 2013). De toda forma, a maior parte dos beneficiados pelo programa PROUNI são homens e mulheres que estão na faixa dos 18 aos 24 anos, que apresentam dificuldade em ingressar no ensino superior público e ou dificuldade em arcar com o ônus financeiro

Figura 1.
Organização acadêmica no Brasil em 2013



Fonte: Ministério da Educação, elaboração dos autores.

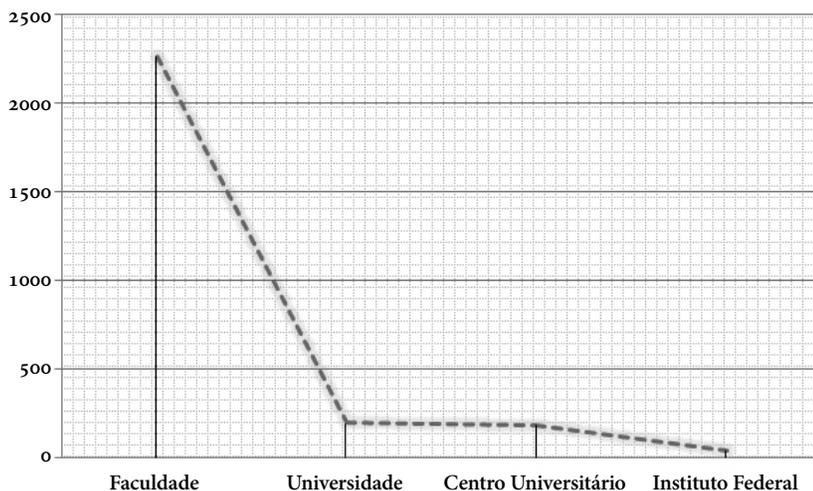
do ensino superior privado. Inicialmente o objetivo do PROUNI não era estimular a ampliação da oferta de cursos superiores privados no Brasil, e sim preencher o excedente da oferta vigente. Contudo, ao que parece, essa política pode resultar em menos investimentos no ensino superior público e, não obstante, resultar no longo prazo em reversão e mudanças irreparáveis na oferta de ensino superior no Brasil – isso considerando que o benefício da renúncia fiscal e as concessões de bolsas no regime PROUNI podem estimular o crescimento contínuo da demanda agregada, o que resulta em mais oferta de ensino superior privado³. Há de se considerar também que o programa parece priorizar o acesso, mas não a permanência, dos estudantes às vagas disponíveis, o que certamente interfere na eficácia dentro do que o programa se propõe (Carvalho, 2006; Valle, 2009).

³ Na teoria econômica, a *conditio sine qua non* para a existência de qualquer oferta é a precedência de uma demanda. Nessa lógica, todo incentivo exógeno, como uma ação do governo, pode exercer pressão positiva sobre a curva da demanda agregada, o que conseqüentemente leva a uma curva ascendente na linha de oferta (Lima, 2000, 2008).

Nessa conjuntura, as instituições de ensino superior públicas se tornaram minorias dado que a grande maioria, 2572, é constituída por instituições privadas (1343 sem fins lucrativos; 1229 com fins lucrativos). O menor investimento público nesse sentido parece ser a municipal, já que apenas 61 instituições de ensino superior são municipais; a maioria é estadual.

As universidades públicas estaduais e federais, mesmo sendo a minoria, lideram o *ranking* das melhores instituições de ensino no Brasil (Mendes, 2010). Ao que parece, essas instituições por proporcionarem regimes de dedicação exclusiva e incentivos à pesquisa, possuem docentes mais qualificados. Há de se considerar também que o *modus operandi* do ingresso na docência em instituições públicas é aparentemente mais rígido em vista das instituições particulares, o que parece colaborar para o estado da arte. Em muitos casos, o acesso às instituições privadas não é tão rígido quanto às instituições públicas, o que incentiva um grande número de indivíduos a demandar cursos superiores particulares, empurrando certamente a curva da oferta agregada para cima.

Figura 2.
Padrão de interesse por Faculdade, Universidade,
Centro Universitário e Instituto Federal



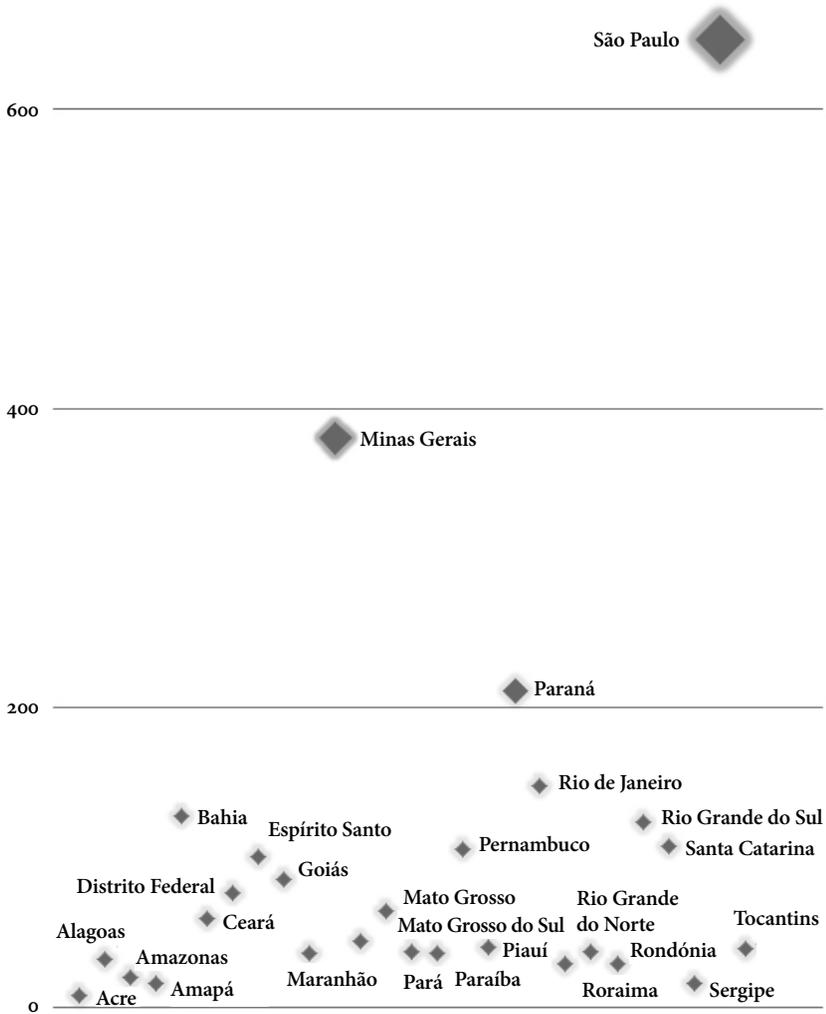
Fonte: Ministério da Educação, elaboração dos autores.

Como já mencionado, a maior parte do crescimento da oferta de ensino superior no Brasil não se deu por parte de universidades e centros universitários, mas sim faculdades. Esta categoria é dominante no ensino nacional – mais de 90% das instituições são faculdades. Como boa parte das faculdades não promove a pesquisa científica nem tampouco condições para que seus professores se mantenham constantemente envolvidos em pesquisa, é provável que isso em alguma medida afete a qualidade do ensino, já que nenhuma faculdade está elencada nos *rankings* das melhores instituições de ensino superior do país.

Importante destacar também que, sendo a grande maioria das faculdades particulares, devemos lembrar que o crescimento explosivo quantitativo recente dessas instituições não se deu de forma alguma na ausência de financiamento estatal, visto que boa parte destas instituições goza de uma larga gama de isenções fiscais e previdenciárias, o que representa um ponto positivo do ponto de vista patronal e da liquidez de mercado. Podemos citar pelo menos quatro tipos de grandes isenções históricas no ensino superior:

- 1) IPTU (imposto predial sobre propriedade urbana): favoreceu de forma direta a aquisição de propriedades para a criação de novos campi, com mais cursos, para mais alunos;
- 2) ISS (imposto sobre serviço de qualquer natureza): favoreceu a expansão do número de matrículas e, conseqüentemente, da receita operacional bruta;
- 3) IR (imposto de renda): deu maior fôlego aos orçamentos das instituições de ensino superior, propiciando também mais financiamento bancário, auxílio externo e recursos de agências de fomento;
- 4) INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social) e instituições filantrópicas (“sem fins lucrativos”): têm isenção na cota, o que possibilitou a expansão do corpo docente e do aparato técnico e administrativo, visto que o aumento da folha de pagamento não gerava aumento de custos operacionais (Maciel, 2010; Chaves, 2010).

Figura 3.
Distribuição das instituições de ensino superior no Brasil



Fonte: Ministério da Educação, elaboração dos autores.

Como toda a oferta é precedida por uma demanda, a maior parte das instituições de ensino superior no Brasil, seguindo a lógica comercial, encontra-se dentro das áreas de maior densidade populacional, tais como: 1) São Paulo; 2) Minas Gerais; 3) Paraná; 4) Rio de Janeiro; 5) Rio Grande do Sul; 6) Bahia e 7) Santa Catarina. Nos demais estados da nação, o número de instituições de ensino superior é quantitativamente sub-representado em vista destes sete estados que listamos. Como consequência dessa dinâmica, podem surgir pontos de isolamento, faixas onde as ofertas de ensino superior sejam muito baixas, o que dificulta o acesso e a permanência dos indivíduos de tais regiões no ensino superior. O dano mais aparente é social, visto que tal dinâmica tem vetorizado uma distribuição desigual de capital cultural institucionalizado. São Paulo, por exemplo, detém supremacia quanto ao número de instituições de ensino superior. Nesse sentido, é de se pensar que talvez haja uma discrepância quanto ao volume de capital social institucionalizado que é distribuído nesta região em comparação a outras regiões como Roraima, Acre e Rondônia, onde a oferta de ensino superior é escassa.

2. METODOLOGIA

Nesse trabalho consultamos os dados sobre as instituições de ensino superior no Brasil que estão cadastradas no portal eletrônico do Ministério da Educação (<http://emec.mec.gov.br/>). No total, comparamos 2637 instituições de ensino superior, como constam nas figuras anteriores.

Nós também comparamos dez termos de busca através da ferramenta *Google Trends*⁴ (<http://www.google.com/trends>), ferramenta que mede a frequência⁵ temporal de interesse por determinado termo na pesquisa do Google. A ferramenta⁶ tem se mostrado uma excelente ferramenta de

4 O *Google Trends* funciona como uma espécie de motor de busca reversa. Ou seja, enquanto um motor de busca fornece *links* que dão acesso a informações que se distribuem pela internet, um motor de busca reversa oferece dados temporais e espaciais sobre a distribuição de interesse por determinado termo ou tópico. É evidente que o *Google Trends* não oferece o número exato de usuários que buscaram determinado termo, mas ele oferece uma média quando a intensidade em que determinado termo é procurado em uma população em comparação com os demais (Moraes & Santos, 2013; Moraes & Maia, 2014).

5 A ferramenta gera um arquivo de dados que pode ser baixado e manipulado com *softwares* de estatísticas. Ele gera estatísticas temporais que são estratificadas quanto a intensidade de o (a menor frequência) a 100 (maior frequência, acima de duzentos mil acessos).

6 Em comparação com outros métodos para obtenção de dados utilizados por cientistas sociais, o *Google Trends* representa grande inovação. Isso se considerarmos primeiro que a ferramenta

controle epidemiológico para uma série de doenças (Carneiro & Mulonakis, 2009; Choi & Varian, 2012; Kang, Zhong, He, Rutherford & Yang, 2013); um forte medidor de tendências políticas (Reilly, Richey & Taylor, 2012; Dube & Karplan, 2012) e também de mercado (Vlastakis & Markellos, 2012; Dzielinski, 2012; Preis, Moat & Stanley, 2013). Isso porque a ferramenta permite, a um custo muito baixo, monitorar tendências em tempo real, em uma ampla cobertura geográfica (praticamente o mundo todo) e a um custo baixíssimo (visto que a ferramenta é gratuita). Mensuramos a distribuição por estado nacional dentro do Brasil subdividido por sub-região, onde damos ênfase as cinco sub-regiões onde houve maior frequência. Comparamos termos relacionados à busca de instituições; nesse sentido elencamos as palavras de taxonomização dos tipos de organização acadêmica no Brasil: 1) faculdade; 2) centro universitário; 3) instituto federal; 4) universidade. Estudamos também quatro termos ligados ao tipo de formação superior: 1) graduação; 2) especialização; 3) mestrado; 4) doutorado; por fim comparamos também na análise dois termos ligados ao ingresso no ensino superior e ao financiamento: 1) vestibular; 2) prouni.

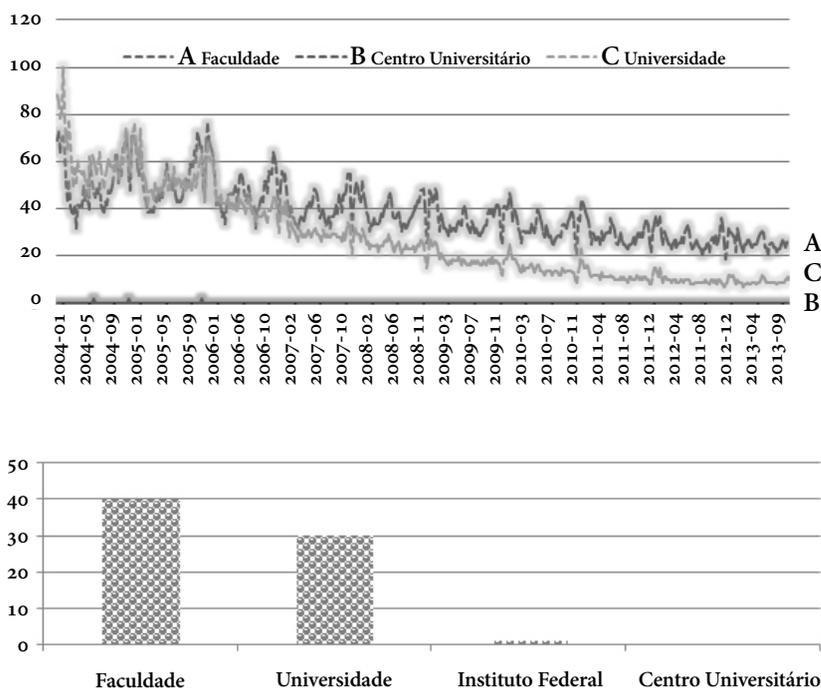
Analizamos a frequência temporal desses termos desde o início de 2004 a outubro de 2013 e a distribuição por sub-região. Fizemos uma média da frequência de acesso por casa, termo e região, somamos a frequência de todos os termos e estratificamos as cinco sub-regiões onde no geral houve maior frequência.

3. RESULTADOS

O maior interesse entre os quatro tipos de organização acadêmica se dá por faculdade (40), seguida de universidade (30), instituto federal (1) e centro universitário (0). Os resultados parecem mostrar um padrão consistente de busca, já que o maior número de instituições são faculdades, seguidas por universidades. Há um padrão sazonal de picos de interesse bastante mensurável por faculdade e universidade, com maiores fluxos em todo janeiro de cada ano. São visíveis também picos menores também sazonais que ocorrem em julho ou agosto. O que parece justificar a sazonalidade desta

permite que superemos a limitação a incompatibilidade entre o comportamento real e o relatado, considerando que os indivíduos costumam mentir em pesquisas de opinião, mas não mentem em motores de busca. Há também a possibilidade praticamente infinita de se obter dados temporais e espaciais (múltiplos e de diferentes períodos) com um custo muito inferior ao das pesquisas de campo (Moraes & Santos, 2014; Moraes, Santos, Torrecilas & Leão, 2014).

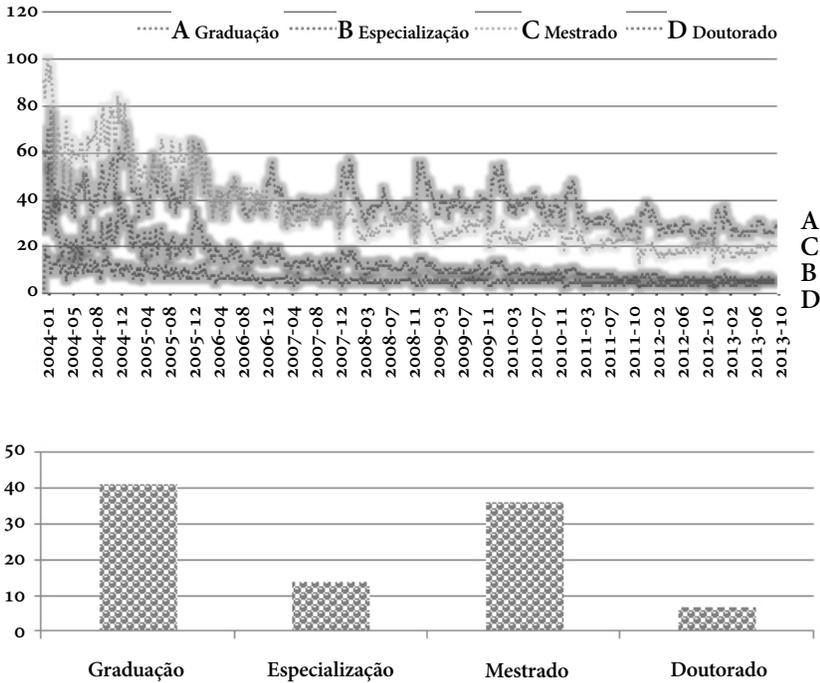
Figura 4.
Interesse com o passar do tempo por Faculdade, Centro Universitário,
Universidade e Instituto Federal



Fonte: *Google Trends*, elaboração dos autores.

amostra é o fato de que a maioria das instituições de ensino superior tem início em seus cursos no começo do ano. Os picos que ocorrem no meio do ano, em média, representam a metade da intensidade dos picos de interesse que ocorrem em janeiro. Ao que parece isso está correlacionado com o fato de que uma parcela das universidades oferece vagas em cursos que iniciam no segundo semestre de cada ano; entretanto, a demanda parece equivaler à metade ou menos do padrão de janeiro. Entretanto ainda, de 2011 a 2013 há uma pequena diminuição no *gap*, entre janeiro e julho; nossa hipótese para futuros estudos nesse caso é de que essa padronização na faixa de interesse em parte se deve ao fato de ter aumentado nesses anos a oferta particular de cursos com ingresso no meio do ano.

Figura 5.
Interesse com o passar do tempo por Graduação,
Especialização, Mestrado e Doutorado

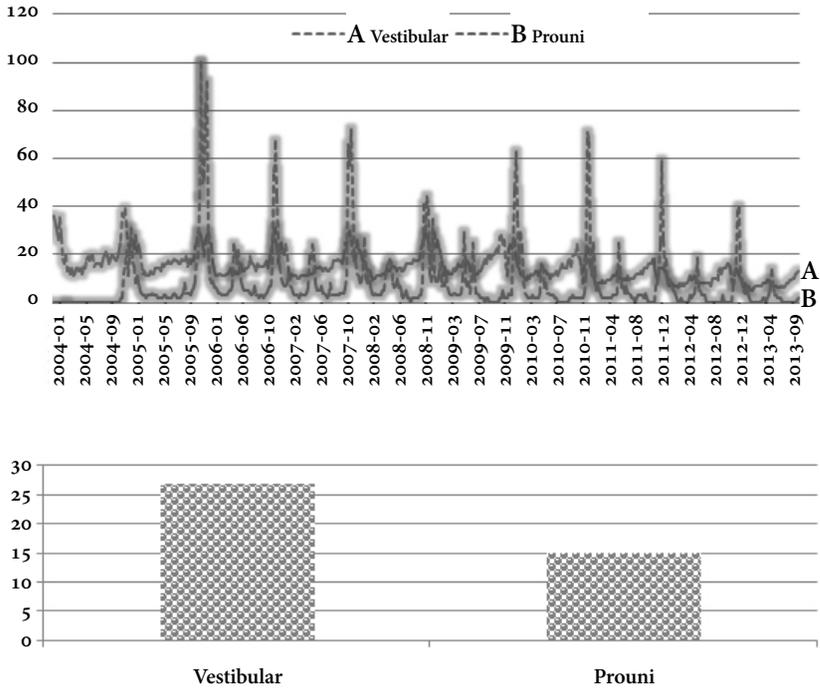


Fonte: *Google Trends*, elaboração dos autores.

O interesse por centro universitário e por instituto federal ainda se mostra bastante incipiente. Tal resultado era em alguma medida esperado, pois são instituições ainda quantitativamente pouco relevantes e historicamente pouco influentes em vista das demais organizações acadêmicas.

A maior média de interesse mensurada entre os quatro termos foi graduação (41), seguido por mestrado (36), especialização (14) e doutorado (7). Um fato que chama atenção é o perfil de interesse por pós-graduação; certamente no país a oferta de ensino é muito mais ampla em especializações do que em mestrados, entretanto, a taxa de interesse por mestrados é mais do que o dobro da de especialização. Foge do escopo deste trabalho traduzir o porquê desta discrepância inesperada. Contudo, o fato de

Figura 6.
Interesse com o passar do tempo
por Vestibular e Prouni



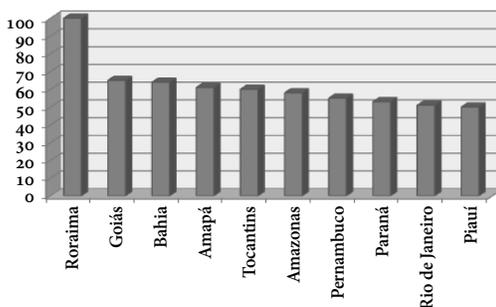
Fonte: *Google Trends*, elaboração dos autores.

a oferta de metrados ser baixa e de o título ter relativo valor no mercado profissional parece levar os indivíduos a buscarem mais metrados do que especialização. Como a demanda real não consegue se tornar agregada por causa da baixa curva de oferta de cursos de mestrado, os indivíduos optam por especializações, que, em geral, têm formas de ingresso mais simples, levam menos tempo e são financeiramente menos onerosas.

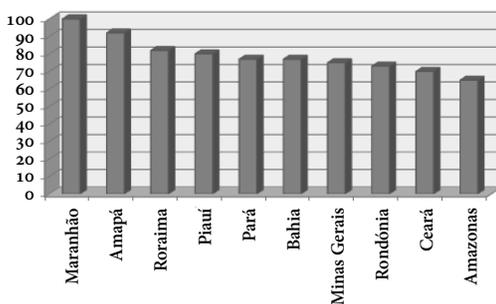
O mesmo vale para o padrão de interesse por cursos de doutorado (a valorização no mercado de trabalho é ainda mais alta): o interesse a partir de 2011 começa a se aproximar do mesmo nível do interesse por especialização, mesmo sendo ínfima a oferta quantitativa de doutorados no Brasil se comparada a oferta de cursos de especialização.

Figura 7.
O interesse por Vestibular e Prouni
dividido por principais sub-regiões do Brasil

Vestibular



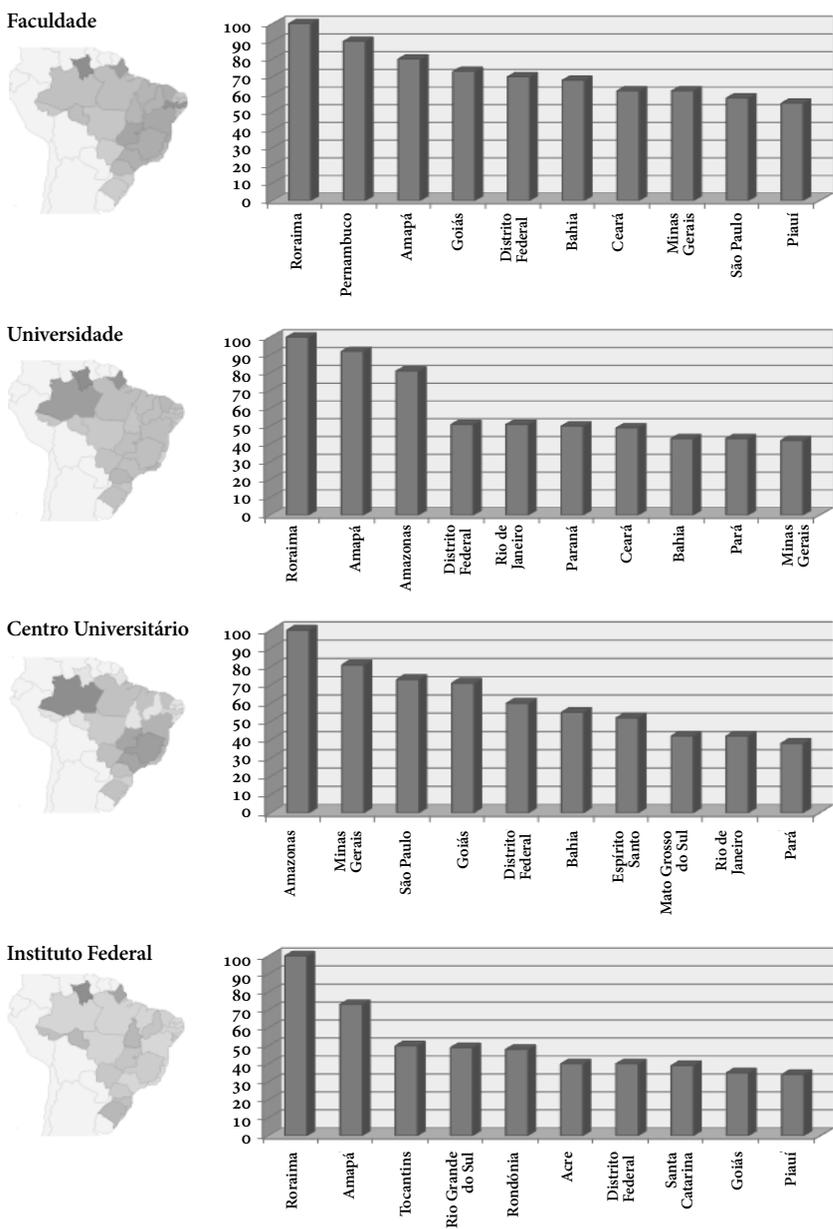
Prouni



Fonte: *Google Trends*, elaboração dos autores.

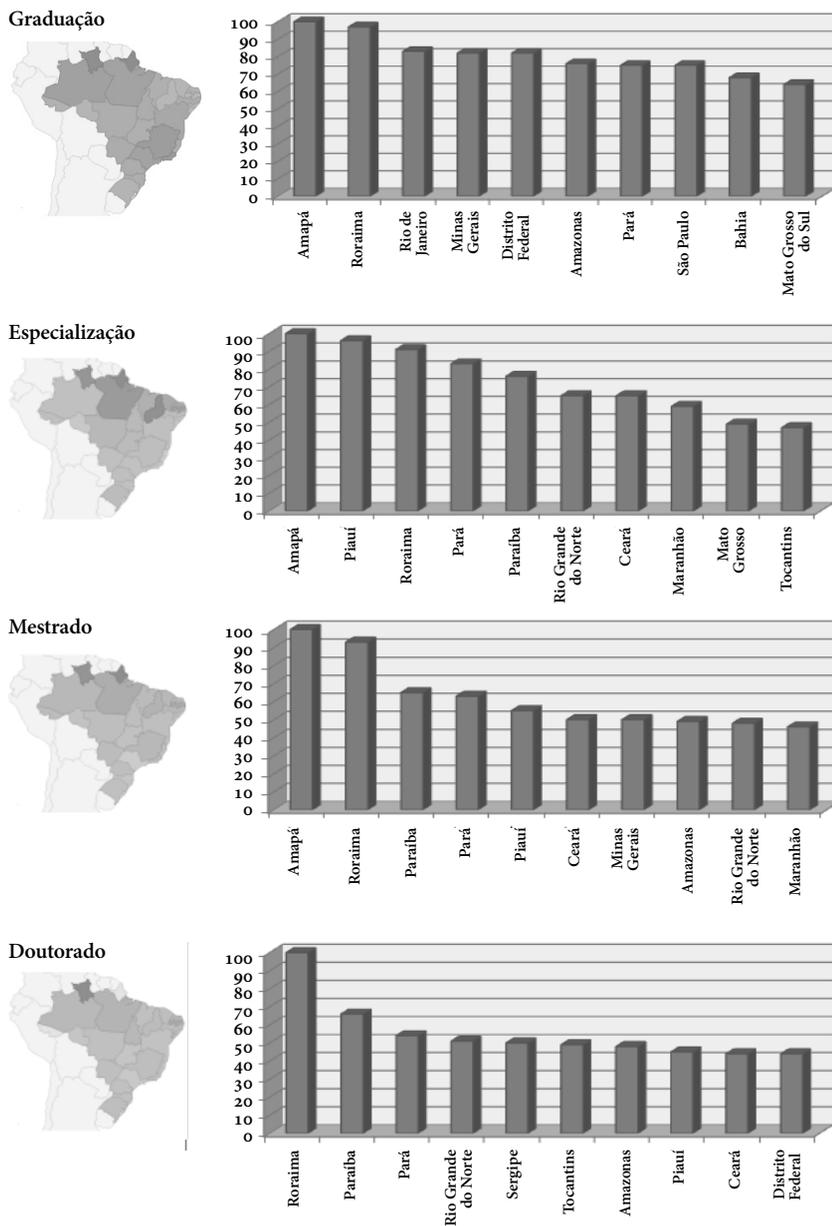
É bastante interessante o fluxo de interesse pelos termos vestibular (27) e prouni (15). Como indicado na Figura, temos um padrão sazonal com picos altamente identificáveis. É espantoso que o interesse por PROUNI nos meses de dezembro e janeiro tem um fluxo que representa mais do dobro do interesse por vestibular. Em alguma medida isso representa a consolidação do interesse do PROUNI como política pública universitária pelos brasileiros. Assim como no padrão da Figura 8, aqui temos também um menor pico de interesse mensurável no meio do ano, ao que parece também influenciado pela oferta de ingresso no segundo semestre, que vem crescendo pelo país.

Figura 8.
O interesse por Faculdade, Centro Universitário, Universidade e Instituto Federal
dividido por principais sub-regiões do Brasil



Fonte: *Google Trends*, elaboração dos autores.

Figura 9.
O interesse por Graduação, Especialização, Mestrado e Doutorado
dividido por principais sub-regiões do Brasil



Fonte: *Google Trends*, elaboração dos autores.

Somamos o resultado de todas as frequências por estado e separamos os cinco estados onde foi mais frequente o número de pesquisa. São eles: 1) Roraima; 2) Amapá; 3) Amazonas; 4) Pará e 5) Bahia. Com exceção da Bahia, os cinco estados onde mais se buscaram termos ligados ao ensino superior, paradoxalmente, estão entre aqueles em que a oferta de ensino superior é mais escassa.

Essa discrepância quanto ao padrão de interesse e a localização da oferta está em correlação positiva, pois, perante a falta de oferta, a busca na internet é uma das estratégias que os indivíduos destas regiões adotam para encontrar meios exequíveis para ingressarem e realizarem os cursos que almejam.

4. DISCUSSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde os primórdios da educação superior no país, as instituições de ensino sempre foram voltadas para as elites, com acesso restrito e com baixa oferta de cursos. Nas últimas quatro décadas o ensino passou por uma mudança radical, vetorizada sobretudo pelo crescimento do setor particular (que se tornou hegemônico). A maioria deste crescimento foi impulsionada por instituições desvinculadas do cenário acadêmico tradicional, sendo a maioria faculdades.

A oferta do ensino público, entretanto não aumentou na mesma velocidade, sendo que, quanto ao número de instituições e de efetividade de matrículas, as instituições particulares são a maioria. Essa posição parece ter sido resultado da articulação entre atores políticos e grupos de pressão interessados em concessões de benefícios para as instituições de ensino particulares, como o PROUNI e as isenções fiscais. Pelo fato do ensino ter se desenvolvido nas últimas décadas dentro da lógica comercial, sua distribuição no território nacional se dá de forma desigual, sendo que a maioria das instituições de ensino se concentra nos grandes centros com maior densidade demográfica, tal como São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Bahia. Esse *modus operandi* fez surgir manchas no país onde a oferta de ensino superior é escassa em todos os níveis, o que em alguma medida coloca em xeque os ideais de cidadania e igualdade de condições para os indivíduos.

Com o *Google Trends* mensuramos dez termos ligados ao ensino superior e compilamos os resultados. O primeiro resultado aparente é que há um padrão sazonal de interesse pelo ensino superior no país, maior nos

meses de dezembro e janeiro, com picos crescentes em julho e agosto. Como recomendação a esta demanda que identificamos, sugerimos aos gestores públicos e aos gestores de instituições privadas que, visando maximizar a eficiência no preenchimento das vagas, a oferta do meio do ano se limita a metade da oferta de início do ano, pois a demanda representa mais ou menos isso. Dessa forma não se criam vagas excedentes que eventualmente podem representar prejuízo. Recomenda-se também que as instituições particulares estejam abertas às determinações do PROUNI, pois como mostra nossa análise o programa já faz parte das estratégias consolidadas entre os brasileiros que buscam o ensino superior.

Somamos e comparamos todos os dados referentes ao interesse por sub-região elencando as cinco regiões de maior fluxo geral de interesse por todos os termos. São elas: 1) Roraima; 2) Amapá; 3) Amazonas; 4) Pará e 5) Bahia. Com exceção do estado da Bahia, paradoxalmente, os quatro estados com maior interesse por ensino superior estão entre aqueles onde a oferta de ensino superior, em todos os níveis, é bastante escassa. O interesse nesse caso identificado parece ser o epifenômeno das estratégias dos indivíduos dessas regiões. Sugerimos nesse sentido que a iniciativa privada busque avançar nesses cenários onde o ensino superior ainda é bastante incipiente, e que o Estado nesse diapasão seja um agente ativo, criando novas políticas públicas que incentivem a oferta de cursos superiores nessas localidades. Isso porque, para termos uma sociedade mais justa e equânime, é importante que os brasileiros todos tenham acesso aos meios de obtenção de capital social institucionalizado. Enquanto tais oportunidades estiverem distribuídas de forma assimétrica, a desigualdade social tenderá a ser uma constante.

Referências

- Carvalho, C. H. A. D. (2006). “Política para o ensino superior no Brasil (1995-2006): ruptura e continuidade nas relações entre público e privado”. *Reforma universitária: dimensões e perspectivas*. Campinas: Alínea, 125-139.
- Chaves, V. J. (2010). “Expansão da privatização/mercantilização do ensino superior brasileiro: a formação dos oligopólios”. *Educação e Sociedade*, (111).
- Choi, H. & Varian, H. (2012). “Predicting the present with Google Trends”. *Economic Record*, 88(51), 2-9.
- Costa, N. D. R. & Lamarca, I. (2013). “Os Governos FHC e Lula e a política para a força de trabalho civil do Governo Central Brasileiro (The Fernando Henrique Cardoso

- (FHC) and Luiz Inácio Lula da Silva (Lula) governments and the policy for the civil servant workforce of the Brazilian government)". *Ciência saúde coletiva*, 18(6), 1601-1611.
- Cunha, L. A. C. R. (2007). *A universidade temporã: o ensino superior da colônia à era Vargas*. São Paulo: Livraria UNESP.
- Dube, A. & Kaplan, E. (2012). "Occupy Wall Street and the political economy of inequality". *The Economists' Voice*, 9(3).
- Dzielinski, M. (2012). "Measuring economic uncertainty and its impact on the stock market". *Finance Research Letters*, 9(3), 167-175.
- Fávero, M. A. (2007). "A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968". *Educar em Revista*, v. 28.
- Gentili, P. (1998). *A falsificação do consenso: simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Kang, M.; Zhong, H.; He, J.; Rutherford, S. & Yang, F. (2013). "Using Google Trends for influenza surveillance in South China". *PloS one*, 8(1), e55205.
- Lima, G. (2000). "Uma interpretação da curva de oferta de Marshall e a arquitetura de uma moderna Teoria da Oferta e Demanda". *Econômica*, (4), 61-84.
- Lima, G. (2008). *Economia, dinheiro e poder político*. Curitiba: Editora Ibpex.
- Maciel, M. S. (2010). "Política de Incentivos Fiscais: quem recebe isenção por setores e regiões do país". *Consultoria Legislativa, Estudo*. Brasília: Câmara dos deputados, março.
- Marques, A. C. H. & Cepêda, V. A. (2012). "Um perfil sobre a expansão do ensino superior recente no Brasil: aspectos democráticos e inclusivos". *Perspectivas: Revista de Ciências Sociais*, 42.
- Marques, W. (2013). "Expansão e oligopolização da educação superior no Brasil". *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, 18(1), 69-83.
- Martins, C. B. (2009). "A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil". *Educação & sociedade*, 30(106), 15-35.
- Mendes, P. H. C.; Martelli, D. R. B.; Souza Filho, W. P.; Sidinei Quirino & Júnior, H. M. (2010). "Perfil dos pesquisadores bolsistas de produtividade científica na medicina no CNPq, Brasil". *Revista brasileira de educação médica*, 34, 535-41.
- Moraes, T. P. B. & Maia, S. P. A. (2014). "Jornalismo na web e clonagem biológica: Um estudo sobre o tema clonagem nos cadernos de ciência online dos jornais *O Estado de São Paulo* e *Folha de São Paulo*". *Aurora. Revista de Arte, Mídia e Política*, 7(19), 71-96.
- Moraes, T. P. B. & Santos, R. M. (2013). "Os protestos no Brasil. Um estudo sobre as pesquisas na web, e o caso da Primavera Brasileira". *Revista Internacional de Investigación en Ciencias Sociales*, 9(2), 193-206.

- Moraes, T. P. B. & Santos, R. M. (2014). “Eleições no Brasil e o interesse dos eleitores por políticas públicas: um estudo empírico de janeiro de 2004 a dezembro de 2013”. *Interesse Público*, 85.
- Moraes, T. P. B.; Santos, R. M.; Torrecillas, G. L. & Leão, E. C. (2014). “Mulheres, política e sub-representação. Um estudo sobre a correlação entre qualidade da democracia, ideologia e mulheres nos parlamentos”. *Revista derecho y cambio social*, 36 (XI), 1-29.
- Oliveira, R. P. (2009). “A transformação da educação em mercadoria no Brasil”. *Educação & Sociedade*, 30(108), 739-760.
- Preis, T.; Moat, H. S. & Stanley, H. E. (2013). “Quantifying trading behavior in financial markets using Google Trends”. *Scientific reports*, 3.
- Queiroz, F. C. B. P.; Queiroz, J. V.; de Vasconcelos, N. V. C.; Furukava, M.; Hékis, H. R. & Pereira, F. A. B. (2013). “Transformações no ensino superior brasileiro: análise das Instituições Privadas de Ensino Superior no compasso com as políticas de Estado”. *Ensaio: aval. pol. públ. Educ.*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 79, June.
- Reilly, S.; Richey, S. & Taylor, J. B. (2012). “Using Google search data for state politics research an empirical validity test using roll-off data”. *State Politics & Policy Quarterly*, 12(2), 146-159.
- Silva, A. M. & Real, G. C. M. (2011). “As configurações das políticas para a educação superior e as reformas do ensino superior brasileiro”. *Revista Inter Ação*, 36(1), 141-158.
- Valle, M. J. (2009). “PROUNI: Política pública e acesso ao ensino superior ou privatização?”. *Revista Eletrônica Teses e Dissertações*, 1(2).
- Vlastakis, N. & Markellos, R. N. (2012). “Information demand and stock market volatility”. *Journal of Banking & Finance*, 36(6), 1808-1821.

ABSTRACT: Higher education in Brazil in the last decades has grown consistently, thanks above all private higher education institutions. Apparently the agenda adopted by the past governments favored the expansion of the number of higher education institutions, whether by the granting of such benefits as the PROUNI and also various types of tax exemptions. In this sense, there was a tenuous democratization of higher education, see that until then the same was geared solely to the elites. We measured through Google Trends interest for 10 terms linked to higher education. Our results indicate that there is a seasonal pattern of identifiable interest in upper courses in Brazil. Point that the greater range of interest for superior courses in Brazil is precisely located in sub-regions where the provision of higher education is more scarce.

KEYWORDS: educational policy, Higher Education, standard of interest.

